

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ACOMPANHAMENTO
FARMACOTERAPÊUTICO EM PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS
NÃO TRANSMISSÍVEIS NO SUS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

**CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR PHARMACOTHERAPEUTIC
MONITORING IN PATIENTS WITH CHRONIC NON-COMMUNICABLE
DISEASES IN THE SUS: A LITERATURE REVIEW**

Jessica Braun dos Santos

Acadêmica do curso de Farmácia da Faculdade
Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni, Brasil.

E-mail: jessybrauns@gmail.com

Sara Cristina Hott

Doutora em Ciências Biológicas - Farmacologia
Farmacêutica- Professora ALFA UNIPAC - Teófilo Otoni, Brasil.

E-mail: scrishott@yahoo.com.br

Recebido: 01/06/2025 – Aceito: 25/06/2025

RESUMO

O artigo objetiva identificar os desafios e perspectivas para a atuação do farmacêutico no tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) no Brasil, a partir de uma revisão de literatura. A questão de pesquisa central investiga as possibilidades de ampliação da atuação farmacêutica na farmacoterapia de pacientes com DCNTs, considerando o impacto desse profissional na saúde pública. Os resultados apontam que a presença do farmacêutico contribui de forma significativa para a qualidade do tratamento, a adesão dos pacientes e a redução dos custos no sistema de saúde. Contudo, para que o acesso à atenção farmacêutica se amplie, é imprescindível uma revisão nas políticas públicas, priorizando a integração desse profissional nas equipes de saúde de forma interprofissional e colaborativa. Esse modelo mais inclusivo tem o potencial de oferecer benefícios tanto ao paciente quanto à sustentabilidade do sistema de saúde, promovendo uma assistência mais eficiente e acessível.

Palavras-chave: Doenças crônicas não transmissíveis, farmacoterapia, farmacêutico, SUS.

ABSTRACT

The article aims to identify the challenges and prospects for pharmacists' role in managing non-communicable diseases (NCDs) in Brazil, based on a literature review. The central research question explores the potential expansion of pharmacists' participation in the pharmacotherapy of NCD patients, considering the impact of this professional on public health. The results indicate that pharmacists contribute significantly to treatment quality, patient adherence, and reducing healthcare costs. However, to ensure broader access to pharmaceutical

care, a reassessment of public policies is essential, emphasizing the integration of pharmacists within health teams in an interprofessional and collaborative manner. This more inclusive model has the potential to benefit both patients and the sustainability of the healthcare system, promoting more efficient and accessible care.

Key words: Non-communicable diseases, pharmacotherapy, pharmacist, SUS.

1. Introdução

As doenças, do ponto de vista científico, carecem de ser estudadas sob a ótica dos vários campos do conhecimento, tendo em vista que causam impactos variados sobre a sociedade, como: a saúde do indivíduo, o relacionamento familiar, convívio social, no ambiente de trabalho, na economia, por perda de produtividade, e por gerar gastos do orçamento público relacionado à saúde (Malta, 2014).

Neste sentido, torna-se necessário ressaltar que a saúde, em uma perspectiva geral, vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) as doenças crônicas vêm afetando cada vez mais a população, embora a expectativa de vida tenha aumentado, aumentou-se o número de pessoas que convivem com as doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) (OPAS 2024).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1946) considera doença como uma alteração do estado de saúde que pode afetar o bem-estar físico, mental e social do indivíduo. Neste contexto, não se pode considerar o indivíduo como um ser isolado, uma vez que tudo que o afeta, por consequência, também afeta a sociedade.

De uma forma específica, neste contexto, as doenças crônicas ganham uma maior relevância científica, considerando o seu fator de longevidade, as intercorrências e evoluções do quadro clínico, que desencadeiam impactos negativos a serem percebidos pela sociedade por um período maior (Figueiredo, Ceccon e Figueiredo, 2021).

De acordo com a OMS em 2019, 41,8% de mortes ocorridas no Brasil, em se tratando de indivíduos de 30 e 69 anos de idade, foram causadas por DCNTs. Define-se DCNTs como “condições que têm uma longa duração e, em geral, evolução lenta. As quatro principais DCNTs são as doenças cardiovasculares, o câncer, as doenças respiratórias crônicas e o diabetes” (OMS, 2023).

Considerando a complexidade destas doenças, para além do tratamento médico, os pacientes com DCNTs poderiam ter acesso ao acompanhamento com outros profissionais da saúde, como nutricionistas, farmacêuticos, fisioterapeutas, entre outros. Isto porque tal acompanhamento poderia diminuir a possibilidade de agravamento da doença, diminuindo os impactos negativos impostos sobre o indivíduo e a sociedade (Resende *et al.*, 2017).

O farmacêutico é o profissional capacitado para monitorar e auxiliar o paciente na farmacoterapia, evitando assim erros de administração e dosagem de medicamentos e duração do tratamento, ajudando os pacientes a entenderem os efeitos colaterais, prevendo e detectando possíveis interações

medicamentosas ou interações medicamento e alimento, entre outras (Conselho Federal de Farmácia, 2013).

Desta forma a atuação do farmacêutico contribui com a segurança e a eficácia do tratamento farmacológico, facilitando assim a adesão do paciente à farmacoterapia, tendo em vista uma maior qualidade de vida para o paciente, retardando os agravos e a sobrecarga do sistema de saúde com possíveis complicações dessas DCNTs (De Almeida e De Almeida, 2023).

Neste cenário, o presente trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as perspectivas para que o farmacêutico atue na farmacoterapêutica de pacientes com DCNTs?

O objetivo geral do trabalho é identificar junto à literatura os desafios e apontar as perspectivas para atuação do profissional farmacêutico no tratamento das DCNTs no Brasil.

2. Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo da pesquisa, este artigo se baseou na revisão da literatura para identificar as perspectivas de atuação do farmacêutico no tratamento das DCNTs. Desta forma, para sistematização do procedimento, utilizou-se a plataforma Google Acadêmico para a pesquisa dos artigos a serem analisados.

Assim, utilizou-se os termos de pesquisa “atenção farmacêutica” e “doenças crônicas não transmissíveis” conjuntamente para identificar em todas as áreas temáticas as pesquisas relacionadas com o objetivo do presente artigo. Para delimitar a pesquisa, definiu-se que o período de análise seria de 2014 a 2024 e que seriam analisados somente artigos científicos publicados em língua portuguesa.

Na primeira pesquisa, considerando os filtros acima dispostos, foram identificados aproximadamente 12.600 resultados. Para o atendimento do objetivo da pesquisa, convencionou-se analisar as cinco primeiras páginas, a partir da leitura dos resumos dos artigos encontrados. Dos trabalhos disponíveis nestas páginas, a partir da leitura dos resumos, foram selecionados 9 (nove) artigos científicos com temática semelhante à presente pesquisa.

3. Referencial teórico

1. Prevalência de Doenças Crônicas e o Papel do SUS no Brasil

As DCNTs são um desafio de saúde pública mundial, e no Brasil, essas condições correspondem a uma parcela expressiva das causas de mortalidade e morbidade. Segundo dados do Ministério da Saúde, DCNTs como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias são responsáveis por aproximadamente 72% das mortes no país (BRASIL, 2022). Essas doenças exigem um manejo contínuo e prolongado, o que sobrecarrega o sistema de saúde e demanda recursos consideráveis para prevenção e tratamento (MENDES, 2019).

O Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel fundamental na resposta às DCNTs, especialmente devido à sua estrutura de atenção primária à saúde, que é a porta de entrada para o sistema. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é uma estratégia importante, fornecendo suporte e

acompanhamento de pacientes crônicos e promovendo ações preventivas e educativas (BRASIL, 2021). O objetivo é reduzir os fatores de risco e melhorar a qualidade de vida dos pacientes, através de um modelo de cuidado integral (MENDES, 2019).

As desigualdades regionais também afetam a prevalência e o controle das DCNTs no Brasil, onde regiões mais vulneráveis, como o Norte e o Nordeste, enfrentam maiores dificuldades no acesso a serviços de saúde e apresentam maior carga de doenças (OPAS, 2019). Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a presença do SUS em áreas carentes e aumentem a equidade no acesso a tratamentos e acompanhamento.

Outro desafio é a transição epidemiológica, que reflete o envelhecimento da população brasileira. Com o aumento da expectativa de vida, a prevalência de doenças crônicas tende a crescer, uma vez que essas doenças são mais comuns em faixas etárias mais avançadas. Isso reforça a necessidade de o SUS adaptar suas estratégias para atender uma população cada vez mais envelhecida (COSTA et al., 2020).

Os fatores de risco para as DCNTs, como alimentação inadequada, sedentarismo, consumo de tabaco e álcool, são responsáveis por boa parte dos casos de doenças crônicas (BRASIL, 2021). Esses fatores estão relacionados a mudanças no estilo de vida da população, muitas vezes influenciadas pela urbanização e globalização. Nesse sentido, o SUS atua promovendo campanhas de prevenção e incentivando práticas de vida saudáveis, visando reduzir a incidência dessas condições (Ribeiro *et al.*, 2024).

As ações de promoção da saúde, como as campanhas de incentivo à alimentação saudável e à prática de atividades físicas, são fundamentais para a redução dos fatores de risco e do impacto das DCNTs. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), por exemplo, tem sido uma ferramenta importante para conscientizar a população e incentivar hábitos saudáveis (BRASIL, 2022).

Apesar das ações do SUS, a alta prevalência das DCNTs também está relacionada ao cenário socioeconômico. A pobreza e a falta de acesso a recursos básicos, como educação e saneamento, agravam o quadro de doenças crônicas e dificultam o manejo dessas condições. A atenção à saúde precisa, portanto, ser acompanhada por políticas de desenvolvimento social (MENDES, 2019).

O SUS tem demonstrado ser essencial para a gestão das DCNTs no Brasil, proporcionando acesso gratuito a diagnósticos, tratamentos e monitoramento contínuo. Porém, é evidente a necessidade de fortalecer o sistema e aumentar o financiamento para garantir a sustentabilidade dos programas e melhorar os resultados em saúde (BRASIL, 2022).

Com a pandemia de COVID-19, o cuidado com as DCNTs foi desafiado, pois muitos serviços de saúde foram direcionados para o enfrentamento da pandemia, o que prejudicou o acompanhamento de pacientes crônicos (SILVA et al., 2021). Este contexto reforçou a importância de políticas robustas e bem estruturadas para garantir a continuidade do cuidado aos pacientes com DCNTs em cenários de crise (Alves, 2022).

Diante disso, o papel do SUS é ampliar o acesso ao cuidado integral, investindo em ações de saúde pública, capacitação de profissionais e fortalecimento da atenção primária para reduzir os impactos das DCNTs e melhorar a qualidade de vida da população brasileira (Carvalho, 2013).

2. Conceito e Práticas do Acompanhamento Farmacoterapêutico

O acompanhamento farmacoterapêutico é uma prática essencial na atenção à saúde, focada no uso seguro e eficaz dos medicamentos, visando à melhoria da qualidade de vida dos pacientes. Esse processo é definido como o cuidado realizado pelo farmacêutico de maneira contínua e individualizada, com o objetivo de otimizar os resultados terapêuticos e minimizar riscos associados à farmacoterapia (CIPOLLE; STRAND; MORLEY, 2012).

De acordo com Hepler e Strand (1990), o conceito de acompanhamento farmacoterapêutico, também denominado cuidado farmacêutico, surgiu com o propósito de reorientar o papel do farmacêutico na assistência à saúde. Originalmente centrado na dispensação de medicamentos, o farmacêutico passou a atuar na promoção da saúde do paciente, assegurando a segurança e a eficácia do tratamento prescrito. Assim, o acompanhamento farmacoterapêutico é uma extensão das responsabilidades clínicas, priorizando a relação entre o profissional e o paciente.

O acompanhamento farmacoterapêutico é conduzido de forma estruturada, com etapas que incluem a coleta de dados clínicos, identificação de problemas relacionados ao uso de medicamentos (PRMs), definição de planos de intervenção e monitoramento contínuo dos resultados (MARQUES; FREITAS, 2018). Essas etapas permitem que o farmacêutico identifique situações como falta de adesão ao tratamento, interações medicamentosas e outros fatores que possam comprometer a eficácia terapêutica, intervindo de maneira a assegurar o sucesso do tratamento (Carvalho, 2019).

A Resolução nº 585 de 2013, do Conselho Federal de Farmácia (CFF), regulamenta a prática do acompanhamento farmacoterapêutico no Brasil, estabelecendo as atribuições clínicas do farmacêutico. A norma define que o profissional deve atuar de forma colaborativa com outros membros da equipe de saúde, contribuindo para o desenvolvimento de um plano de cuidado individualizado e adaptado às necessidades do paciente (CFF, 2013). Essa regulamentação fortalece a presença do farmacêutico no contexto clínico e assegura a legitimidade da sua atuação em nível nacional.

Além do contexto clínico, o acompanhamento farmacoterapêutico está cada vez mais integrado aos serviços de atenção primária no Brasil, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Estudos como o de Melo e Ribeiro (2020) apontam que o acompanhamento farmacoterapêutico em unidades de atenção primária tem promovido melhorias na adesão ao tratamento e redução das hospitalizações evitáveis, especialmente em pacientes com doenças crônicas como diabetes e hipertensão.

O acompanhamento farmacoterapêutico tem também um papel importante na educação dos pacientes. Esse processo permite que o farmacêutico esclareça dúvidas, corrija informações incorretas e promova o uso consciente dos medicamentos. A literatura evidencia que pacientes bem informados têm maior propensão a aderir ao tratamento e a relatar problemas que possam interferir na eficácia do medicamento (CIPOLLE; STRAND; MORLEY, 2012). Dessa forma, o acompanhamento farmacoterapêutico contribui para o empoderamento do paciente e para o sucesso do tratamento a longo prazo.

Um dos grandes desafios para a implementação ampla do acompanhamento farmacoterapêutico no Brasil é a falta de recursos e estrutura adequada nas unidades de saúde. Apesar da regulamentação, muitos profissionais ainda enfrentam dificuldades para implementar o cuidado farmacêutico devido a limitações de tempo e à falta de reconhecimento completo da prática em alguns contextos de saúde (MORAES; CARVALHO, 2018). Essa realidade reforça a necessidade de investimentos na capacitação de profissionais e no fortalecimento da infraestrutura de saúde para garantir que o acompanhamento seja realizado de forma eficaz.

No contexto de doenças crônicas, o acompanhamento farmacoterapêutico tem sido especialmente relevante. Segundo Moura et al. (2019), pacientes com DCNTs como diabetes e hipertensão se beneficiam diretamente desse acompanhamento, pois é possível ajustar o tratamento conforme a resposta clínica e monitorar de forma contínua eventuais efeitos adversos. Esse cuidado personalizado reduz complicações e melhora a qualidade de vida dos pacientes.

Adicionalmente, o acompanhamento farmacoterapêutico também favorece o trabalho em equipe nas unidades de saúde. Ao atuar junto a médicos, enfermeiros e outros profissionais, o farmacêutico contribui para um modelo de cuidado integral, que contempla o bem-estar do paciente de maneira multidimensional (BRASIL, 2021). Essa abordagem colaborativa permite um planejamento mais abrangente e eficaz, onde os profissionais compartilham informações e tomam decisões baseadas na integralidade do cuidado.

Apesar dos benefícios, a prática do acompanhamento farmacoterapêutico ainda carece de reconhecimento e valorização em alguns setores da saúde. Estudos sugerem que a inclusão formal dessa prática em protocolos de saúde pública pode promover maior adesão e aceitação dos serviços de cuidado farmacêutico, ampliando o alcance e os benefícios para a população (OPAS, 2019). Portanto, fortalecer a prática do acompanhamento farmacoterapêutico é essencial para a evolução da assistência à saúde e para o alcance de melhores resultados terapêuticos no SUS.

Assim, o acompanhamento farmacoterapêutico consolida o papel do farmacêutico como agente de saúde e promotor de práticas seguras e eficazes de uso de medicamentos. Em um cenário de crescente prevalência de doenças crônicas e uso prolongado de tratamentos farmacológicos, o cuidado farmacêutico torna-se uma estratégia indispensável para a garantia de um sistema de saúde eficiente e humanizado.

3. Benefícios do Acompanhamento para Pacientes com Doenças Crônicas

O acompanhamento farmacoterapêutico para pacientes com doenças crônicas proporciona uma série de benefícios, especialmente ao considerar a natureza complexa e contínua dessas condições. Doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e asma, requerem um tratamento de longo prazo e cuidados frequentes. Nesse contexto, o acompanhamento farmacoterapêutico conduzido por profissionais da saúde, particularmente farmacêuticos, destaca-se como uma abordagem eficaz para garantir a adesão ao tratamento, reduzir complicações e melhorar a qualidade de vida dos pacientes (CIPOLLE; STRAND; MORLEY, 2012).

Um dos principais benefícios do acompanhamento farmacoterapêutico é o aumento na adesão ao tratamento. Segundo Lopes *et al.* (2019), muitos pacientes com doenças crônicas abandonam ou fazem uso inadequado dos medicamentos prescritos, o que pode comprometer o controle da condição e levar a internações hospitalares. O acompanhamento permite que o farmacêutico estabeleça um vínculo com o paciente, monitorando seu progresso e incentivando a adesão. A relação de confiança entre profissional e paciente contribui para que este compreenda a importância do tratamento, minimizando assim o abandono da medicação (HEPLER; STRAND, 1990).

Além disso, o acompanhamento farmacoterapêutico facilita a identificação de PRMs, como reações adversas, interações medicamentosas e doses inadequadas. A presença de um profissional qualificado auxilia na prevenção de complicações, oferecendo suporte para o ajuste de doses e para a escolha dos melhores medicamentos, conforme a resposta do paciente ao tratamento (MELLO; ALMEIDA, 2020). Dessa forma, o acompanhamento promove uma terapêutica mais segura e efetiva, reduzindo os riscos de hospitalização por eventos adversos (BRASIL, 2021).

Outro benefício do acompanhamento farmacoterapêutico é a promoção da educação em saúde. O farmacêutico, ao realizar consultas periódicas com os pacientes, tem a oportunidade de educá-los sobre o uso correto dos medicamentos, bem como sobre a importância de mudanças no estilo de vida, como uma alimentação saudável e a prática de atividades físicas. Estudos indicam que pacientes bem informados tendem a ter melhores resultados terapêuticos e maior adesão ao tratamento (MOURA *et al.*, 2019).

Para pacientes com doenças crônicas, o acompanhamento farmacoterapêutico também representa um alívio emocional. A presença de um profissional que está atento às necessidades e dificuldades do paciente permite que este se sinta mais seguro e acolhido durante o tratamento (CIPOLLE; STRAND; MORLEY, 2012). Segundo Mendes (2020), o apoio emocional oferecido pelo farmacêutico pode influenciar positivamente o quadro clínico do paciente, principalmente em condições de saúde onde o estresse e a ansiedade podem agravar a progressão da doença.

O acompanhamento farmacoterapêutico apresenta ainda benefícios econômicos, tanto para os pacientes quanto para o sistema de saúde. Estudos mostram que pacientes acompanhados por farmacêuticos têm menos probabilidade de serem hospitalizados devido a complicações de doenças crônicas, o que gera uma economia significativa para o SUS (SILVA; RODRIGUES, 2021). A prevenção de internações desnecessárias e a otimização do uso de medicamentos contribuem para a sustentabilidade do sistema de saúde.

Para o sistema de saúde, o acompanhamento farmacoterapêutico permite que o farmacêutico trabalhe em equipe com outros profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros. Essa colaboração proporciona um cuidado mais integral e completo para o paciente, uma vez que as decisões são tomadas de forma conjunta e a saúde do paciente é analisada sob diversos pontos de vista (HEPLER; STRAND, 1990). Esse modelo de trabalho, conhecido como cuidado colaborativo, tem demonstrado melhorias significativas nos resultados de saúde, principalmente em pacientes com doenças crônicas (OPAS, 2019).

O impacto do acompanhamento farmacoterapêutico também é evidente em países que adotaram essa prática em larga escala, onde se observou uma redução nas taxas de complicações e uma melhora na qualidade de vida dos pacientes (MARQUES; FREITAS, 2018).

Por fim, o acompanhamento farmacoterapêutico se consolida como uma prática indispensável no contexto das doenças crônicas, representando um avanço significativo no cuidado à saúde. Com a implementação e expansão dessa prática, é possível esperar uma melhora contínua nos resultados de saúde e um sistema de saúde mais sustentável e eficiente (BRASIL, 2021). Os desafios ainda existentes, como a necessidade de maior estrutura e recursos, reforçam a importância de fortalecer o papel do farmacêutico no cuidado integral aos pacientes.

4. Desafios e Perspectivas para Expansão do Serviço no SUS

A expansão dos serviços de acompanhamento farmacoterapêutico no SUS tem sido reconhecida como um passo essencial para garantir um atendimento de saúde mais integral e resolutivo. No entanto, diversos desafios precisam ser superados para que essa expansão seja efetiva e traga resultados duradouros. De acordo com Silva e Amaral (2021), a implementação dos serviços farmacêuticos é fundamental para melhorar o controle de doenças crônicas e promover o uso racional de medicamentos, mas exige uma infraestrutura adequada e a capacitação constante dos profissionais.

Um dos principais desafios para a expansão do acompanhamento farmacoterapêutico no SUS é a escassez de recursos financeiros. O subfinanciamento crônico da saúde pública brasileira limita a disponibilidade de medicamentos e a contratação de profissionais qualificados, afetando diretamente a qualidade dos serviços oferecidos. De acordo com Pinto e Rocha (2020), o orçamento destinado à saúde no Brasil é insuficiente para atender à crescente demanda, dificultando a alocação de verbas específicas para a implementação de novos serviços, como o acompanhamento farmacoterapêutico.

Além disso, a falta de infraestrutura adequada nas unidades de saúde também representa um grande obstáculo para a expansão desse serviço. Muitas unidades de saúde, especialmente em áreas remotas e de baixa renda, carecem de espaços apropriados para o atendimento farmacêutico, bem como de ferramentas e tecnologias necessárias para o acompanhamento eficaz dos pacientes. Souza et al. (2019) apontam que a inexistência de consultórios para farmacêuticos e a ausência de sistemas informatizados de registro de dados clínicos limitam a atuação desses profissionais e dificultam o monitoramento contínuo dos pacientes.

A formação e capacitação de profissionais de saúde é outro desafio crucial. Para atuar com acompanhamento farmacoterapêutico, os farmacêuticos precisam de conhecimentos técnicos e habilidades clínicas específicas, o que nem sempre é abordado em profundidade durante a formação acadêmica. Segundo Oliveira e Mendes (2021), muitos farmacêuticos que ingressam no SUS possuem pouca experiência com o acompanhamento de pacientes, o que demanda investimentos em treinamentos e programas de educação continuada.

A resistência dos próprios profissionais de saúde também constitui um desafio para a expansão do acompanhamento farmacoterapêutico no SUS. A inclusão do farmacêutico em equipes multidisciplinares ainda encontra resistência, especialmente em ambientes onde o modelo biomédico é mais dominante. Hepler e Strand (1990) destacam que a aceitação da atuação do farmacêutico em um papel clínico é essencial para a efetividade do acompanhamento farmacoterapêutico, mas exige mudanças culturais e organizacionais no SUS.

Apesar dos desafios, existem perspectivas promissoras para a expansão do acompanhamento farmacoterapêutico no Brasil. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) reconhece o farmacêutico como parte das equipes de saúde da família e incentiva a atuação desse profissional na promoção do uso racional de medicamentos e no monitoramento de pacientes com doenças crônicas (BRASIL, 2017). Essa inclusão formal representa um avanço importante e possibilita a criação de programas de acompanhamento que integrem o farmacêutico de maneira mais efetiva.

Outro fator promissor para a expansão do acompanhamento farmacoterapêutico no SUS é a crescente digitalização dos serviços de saúde. A implantação de sistemas de prontuário eletrônico e a utilização de tecnologias de telemedicina possibilitam que o acompanhamento farmacoterapêutico seja realizado de maneira mais eficiente, permitindo o registro e o monitoramento dos pacientes a longo prazo. Segundo Marques e Freitas (2018), a informatização das unidades de saúde pode facilitar o acesso aos dados dos pacientes e aprimorar a comunicação entre os profissionais, favorecendo um atendimento mais coordenado e integrado.

O incentivo a parcerias entre universidades, órgãos de saúde e instituições privadas também se apresenta como uma perspectiva relevante para o fortalecimento do acompanhamento farmacoterapêutico no SUS. A colaboração entre esses setores pode favorecer a realização de pesquisas e o desenvolvimento de novos protocolos clínicos, além de promover a formação continuada de profissionais de saúde. Melo e Ribeiro (2020) destacam que parcerias desse tipo têm se mostrado eficazes para a implementação de práticas inovadoras e para o treinamento de profissionais em programas de acompanhamento de pacientes crônicos.

Por fim, a valorização do farmacêutico como um agente de saúde essencial e o reconhecimento do acompanhamento farmacoterapêutico como uma prática indispensável para o SUS são pontos fundamentais para a expansão desse serviço. A literatura sugere que, ao ampliar o papel do farmacêutico, o SUS pode alcançar um modelo de saúde mais integral e resolutivo, oferecendo cuidados contínuos e reduzindo a sobrecarga de internações (OPAS, 2019). Investir em estratégias de comunicação e na promoção do papel do farmacêutico junto à população pode contribuir para o fortalecimento do acompanhamento farmacoterapêutico e para a sustentabilidade do sistema de saúde.

4. Resultados e discussão

Na presente seção serão apresentados os resultados da pesquisa, de acordo com os termos estabelecidos nos procedimentos metodológicos. Desta forma, os 9 (nove) artigos selecionados serão apresentados na Quadro 1 com

algumas informações relevantes. É importante destacar que tais trabalhos avaliaram a importância da atenção farmacêutica junto a pacientes de DCNTs em vários contextos regionais do Brasil, o que revela diferentes perspectivas que se convergem em desafios para toda a classe farmacêutica.

Quadro 1: Artigos referente a atenção farmacêutica no contexto das DCNTs

| Título | Autor/Ano | Objetivo | Conclusão |
|--|---|--|---|
| Atenção farmacêutica ao paciente idoso diabético | Baltar e Abreu (2021) | Promover a atenção farmacêutica ao paciente idoso portador do diabetes <i>mellitus</i> | o farmacêutico vai contribuir para a adesão do tratamento, minimizando riscos de interação medicamentosa e reações adversas propiciando a promoção, proteção e recuperação do paciente idoso diabético. |
| Atenção farmacêutica a portadores de diabetes mellitus | Araújo <i>et al.</i> (2023) | analisar a importância do farmacêutico no tratamento de pacientes com Diabetes Mellitus | o farmacêutico possui um papel relevante, conseguindo, propiciar os cuidados necessários ao paciente com DM |
| Atenção farmacêutica em pacientes obesos, com foco na orientação correta ao uso dos anorexígenos | Tezoto e Muniz (2020) | Abordar sobre a orientação farmacêutica em pacientes obesos, através de artigos e revisões bibliográficas encontradas em revistas científicas e banco de dados Scielo | Evidência da necessidade do tratamento farmacológico em pacientes obesos sob o monitoramento e o cuidado farmacêutico. |
| A atenção farmacêutica a pacientes idosos e diabéticos em drogarias | Da Silva, Da Conceição e Marquez (2023) | realizar uma revisão de literatura que destaque a importância do profissional farmacêutico na orientação e acompanhamento de idosos diabéticos, com foco nas drogarias | A revisão bibliográfica destaca a importância do farmacêutico na identificação e prevenção de Problemas Relacionados a Medicamentos (PRM), enfocando a adesão medicamentosa e a gestão de condições crônicas, como diabetes. A presença estratégica dos farmacêuticos em um grande número de estabelecimentos no Brasil reforça sua acessibilidade. |
| Atenção farmacêutica a pacientes portadores de doença pulmonar | Corcini e Garcia (2020) | Demonstrar a importância da atenção farmacêutica aos pacientes portadores de DPOC e asma | A intervenção farmacêutica reflete positivamente no tratamento da doença pulmonar obstrutiva crônica e da asma, na medida em que melhora a adesão ao |

| | | | |
|--|----------------------------------|---|--|
| obstrutiva crônica e asma | | | tratamento necessário para amenizar os sintomas da doença, proporcionando melhora na qualidade de vida dos pacientes. |
| Acompanhamento farmacoterapêutico pelo método Dáder em pacientes diabéticos | Da Silva e Brune (2018) | realizar o acompanhamento farmacoterapêutico pelo método Dáder, incluindo a detecção dos Resultados Negativos da Medicação, em 28 pacientes diabéticos diagnosticados da Unidade Básica de saúde “Jardim Palmares” no município de Barra do Garças –MT. | A utilização do método Dáder melhorou os resultados clínicos nos pacientes assistidos, visto a redução da glicemia no decorrer do acompanhamento farmacoterapêutico, o que demonstra a importância do farmacêutico no manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como o diabetes mellitus. |
| Pressão arterial e atenção farmacêutica: o cuidado faz a diferença | Silva, Aragão e Sabino (2016) | Verificar a mudança de valores de pressão arterial entre os usuários que recebem o cuidado da atenção farmacêutica. | A atenção farmacêutica, realizada de maneira sistemática pelo farmacêutico treinado para esta finalidade, pode contribuir efetivamente para o controle da pressão arterial dos usuários de medicamentos. |
| Atenção Farmacêutica no tratamento de pacientes com hipertensão arterial sistêmica | De Oliveira <i>et al.</i> (2021) | Demonstrar as contribuições da Atenção Farmacêutica (AF) no cuidado aos pacientes com hipertensão arterial sistêmica | O profissional farmacêutico desempenha um papel relevante no que se refere a promover o uso racional e correto de medicamentos, esclarecendo a forma adequada de uso, contribuindo na adesão ao tratamento e garantindo assim uma melhor qualidade de vida aos portadores de HAS. |

De uma forma geral, os artigos selecionados se debruçam sobre a atuação farmacêutica junto a pacientes, muitos deles idosos, com variadas DCNTs, como a Diabetes Mellitus (DM), asma, hipertensão arterial, obesidade, sendo que 50% deles tratam especificadamente da diabetes.

É relevante informar que a atenção farmacêutica não é obrigatória no SUS, o que impõe sobre uma grande parcela da sociedade um fator de dificuldade no tratamento das doenças. Percebe-se este contexto em Silva, Aragão e Sabino (2016), que apontam que os resultados ressaltam a importância da prática farmacêutica na saúde pública, sugerindo que sua incorporação pode resultar em melhor qualidade de vida para os pacientes e redução dos custos de saúde.

Desta forma, se a administração pública não conta com farmacêuticos em suas equipes, as pessoas mais vulneráveis economicamente não terão

acesso ao acompanhamento, o que por sua vez, impede a construção a construção de uma relação de confiança, tão essencial para que os pacientes se sintam confortáveis em buscar orientação (Da Silva e Brune, 2018).

Neste contexto, a atuação do farmacêutico deve incluir a educação dos pacientes sobre o uso correto de medicamentos, especialmente na administração de fármacos via inalatória, que requer habilidade técnica específica (Corcini e Garcia, 2020). Em seu estudo sobre pacientes obesos, Tezoto e Muniz (2020) apontam que o apoio contínuo de um farmacêutico é vital para garantir a adesão ao tratamento e o sucesso a longo prazo, além de prevenir a recuperação do peso perdido.

Desta forma, fica evidente que a atuação dos farmacêuticos na rede pública pode contribuir com a redução de gastos públicos, uma vez que diminui a possibilidade de complicações e reinício de tratamento, fatores que levam a aumento de despesas. Outra consequência da ausência da atenção farmacêutica seria a possibilidade de interação medicamentosa, que pode levar a ineficiência do tratamento, riscos à saúde e em casos extremos, pode levar à morte. Para Tezoto e Muniz (2020) o farmacêutico desempenha um papel crucial no acompanhamento dos pacientes, incluindo a monitorização de efeitos colaterais e interações medicamentosas.

Se por um lado a contratação de profissionais farmacêuticos pode gerar aumento de gastos públicos com pessoal, por outro lado é importante destacar que falta um debate mais profundo no meio político-administrativo sobre a importância desse cuidado para a redução de custos em saúde (Silva, Aragão e Sabino, 2016). Isso porque o paciente bem cuidado tem menores chances de apresentar PRMs (De Oliveira *et al.*, 2021), além do que, tais pacientes tem maior possibilidade de melhora clínica, como indicado por Oliveira *et al.* (2021), que apontam que no início do seu estudo, 66,7% dos pacientes investigados eram hipertensos não controlados e após a intervenção farmacêutica, esse percentual reduziu para 22%, evidenciando a eficácia da atenção farmacêutica.

Para Araújo *et al.* (2023) a adesão ao tratamento em diabetes é crucial para evitar complicações e mortalidade, especialmente no Diabetes Mellitus tipo 2. O farmacêutico desempenha um papel fundamental na educação dos pacientes sobre o uso correto dos medicamentos, autocuidado e ajustes no estilo de vida, promovendo a adesão e minimizando reações adversas (Araújo *et al.*, 2023). Embora a atuação do farmacêutico neste cenário não seja de prevenção, seu trabalho educativo pode diminuir os agravos relacionado às DCNTs, como a diabetes.

O envelhecimento é um fator de risco para as DCNTs. Isso fica bem demonstrado nos trabalhos de Baltar e Abreu (2021), Da Silva, Da Conceição e Marquez (2023) e Silva, Aragão e Sabino (2016). Neste contexto, há um certo paradoxo no percebe-se o aumento do número de pessoas com DCTNs ao passo que a população aumenta a sua expectativa de vida (Silva, Aragão e Sabino, 2016). O público idoso merece um destaque: A atenção farmacêutica é vital para garantir um tratamento seguro e eficaz, especialmente em idosos, que são mais suscetíveis a problemas relacionados a medicamentos (Da Silva, Da Conceição e Marquez, 2023).

Fica demonstrado, a partir da discussão destes trabalhos, que a atuação farmacêutica na rede pública tem potencialidades e boas perspectivas

para pacientes e também para a sociedade em geral, uma vez que pacientes com DCNTs com bom acompanhamento, podem retornar ao convívio social, ao ambiente de trabalho e, por consequência, contribuindo com o sistema econômico. No entanto, há uma necessidade de mudar o paradigma hegemônico atual para um modelo mais colaborativo e interprofissional, onde o farmacêutico é reconhecido como uma parte vital da equipe de saúde (Silva, Aragão e Sabino, 2016).

Embora a atenção farmacêutica seja promissora, nem todos os pacientes têm acesso a esses serviços, especialmente em áreas mais remotas ou com menos recursos. É importante desenvolver e implementar programas de atenção farmacêutica que sejam sustentáveis a longo prazo, garantindo que os pacientes continuem a receber apoio após as intervenções iniciais (De Oliveira *et al.*, 2021).

5. Considerações finais

As evidências levantadas pelos artigos analisados demonstram a importância fundamental da atuação farmacêutica junto a pacientes com DCNTs, sobretudo entre populações vulneráveis, como os idosos. O papel do farmacêutico vai além da dispensação de medicamentos, incluindo um acompanhamento personalizado que pode fazer a diferença na adesão ao tratamento e na redução dos riscos associados ao uso incorreto de fármacos. Em contextos onde o SUS não oferece essa assistência, uma parcela significativa da população fica sem o suporte necessário, afetando diretamente a qualidade do tratamento e o bem-estar desses pacientes.

A pesquisa destaca que a inclusão do farmacêutico nas equipes de saúde pública é um fator relevante para a sustentabilidade dos tratamentos, uma vez que reduz a reincidência de complicações e, por consequência, os custos associados aos tratamentos de DCNTs. Quando o acompanhamento farmacêutico é adequado, como em casos de diabetes e hipertensão, os estudos indicam uma diminuição significativa na taxa de eventos adversos e interações medicamentosas prejudiciais. Dessa forma, a presença desse profissional contribui para a construção de uma relação de confiança e educação contínua que é crucial para o manejo das DCNTs.

Contudo, há um obstáculo institucional no SUS que impede a implementação obrigatória da atenção farmacêutica, o que limita o alcance desse suporte. Essa realidade reflete a ausência de políticas de saúde que reconheçam o papel do farmacêutico na prevenção e controle das DCNTs. A pesquisa revela um paradoxo: a inclusão de farmacêuticos nas equipes de saúde pública resultaria em economia a longo prazo, mas ainda é vista como uma despesa adicional por gestores. A falta desse apoio, portanto, impacta negativamente os pacientes que mais precisam, gerando mais custos em saúde no futuro.

Outro ponto evidenciado é a importância da educação continuada dos pacientes para o uso correto dos medicamentos, o que se torna ainda mais relevante para aqueles que utilizam fármacos inalatórios ou que demandam um controle rigoroso, como pacientes diabéticos. Esses cuidados farmacêuticos são decisivos para o sucesso do tratamento e para prevenir complicações, como

demonstrado em estudos que apontam a redução dos casos de hipertensão e diabetes não controladas após intervenções farmacêuticas. Esse tipo de suporte educativo facilita a adesão e minimiza os efeitos adversos.

Em suma, os estudos reforçam o valor da atuação farmacêutica na atenção à saúde pública, com impactos positivos tanto na saúde dos pacientes quanto nos custos do sistema de saúde. No entanto, para que os pacientes possam contar com esse benefício de forma ampla, é necessário repensar e ajustar as políticas públicas, promovendo um modelo de atendimento que valorize a colaboração interprofissional e a integração do farmacêutico como parte essencial da equipe de saúde. Esse modelo mais inclusivo e colaborativo poderia trazer um retorno significativo à sociedade, promovendo uma saúde pública mais eficiente e acessível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Primária à Saúde no Brasil: desafios e avanços. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

CFF – Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Dispõe sobre as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

CIPOLLE, R. J.; STRAND, L. M.; MORLEY, P. C. Pharmaceutical Care Practice: The Patient-Centered Approach to Medication Management Services. 3rd ed. New York: McGraw-Hill, 2012.

ARAÚJO, T. S. da et al. Atenção farmacêutica a portadores de diabetes mellitus. *In* **Atenção Farmacêutica: perspectivas diversas**. 1. ed. – Cajazeiras, PB: Ed. Faculdade São Francisco da Paraíba, 2023

COSTA, S. M. et al. Transição epidemiológica e envelhecimento da população brasileira: implicações para o sistema de saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, 2020.

HEPLER, C. D.; STRAND, L. M. Opportunities and responsibilities in pharmaceutical care. *American Journal of Hospital Pharmacy*, v. 47, p. 533-543, 1990.

MARQUES, M. S.; FREITAS, O. Contribuição do farmacêutico para o acompanhamento de pacientes com doenças crônicas no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Farmácia*, São Paulo, v. 99, n. 3, 2018.

MELO, J. D.; RIBEIRO, P. V. Impacto do acompanhamento farmacoterapêutico em pacientes crônicos na atenção primária à saúde. *Journal of Health Sciences*, v. 12, n. 1, p. 25-32, 2020.

MENDES, E. V. O papel do farmacêutico no acolhimento e apoio emocional ao paciente com doença crônica. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

MENDES, E. V. O SUS e a gestão da atenção primária. São Paulo: Hucitec Editora, 2019.

MORAES, J. S.; CARVALHO, R. Desafios da integração do farmacêutico no SUS. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, v. 53, p. 1-10, 2018.

MOURA, C. S. et al. Educação e empoderamento de pacientes com doenças crônicas: papel do farmacêutico. *Revista Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 122, p. 456-462, 2019.

OLIVEIRA, R. P.; MENDES, E. V. Capacitação e atuação dos farmacêuticos no SUS: desafios e necessidades. *Revista Brasileira de Educação em Saúde*, v. 25, n. 2, p. 75-86, 2021.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e o papel do SUS. Brasília: OPAS, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/28-6-2024-relatorio-da-opas-mostra-que-dcnts-continuam-sendo-principal-cao-morte-e>. Acesso em: 27 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Constituição da Organização Mundial da Saúde. Genebra, 1946. Disponível em: <https://www.who.int/about/governance/constitution>. Acesso em: 27 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Doenças crônicas. Disponível em: <http://www.who.int>. Acesso em: 27 out. 2024.

PINTO, L. C.; ROCHA, T. G. Desafios e financiamento do SUS: análise crítica da saúde pública brasileira. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 1, p. 123-130, 2020.

SILVA, C. R. et al. Impactos da pandemia de COVID-19 no manejo das DCNTs no Brasil. *Journal of Health Sciences*, v. 19, p. 45-52, 2021.

SILVA, M. L.; AMARAL, D. P. Atenção farmacêutica e a promoção do uso racional de medicamentos no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 53, p. 88-99, 2021.

SILVA, M. L.; RODRIGUES, F. F. Redução de custos com o acompanhamento farmacêutico no SUS: evidências e estudos. *Revista Brasileira de Economia da Saúde*, v. 23, p. 88-99, 2021.

MALTA, Deborah Carvalho. Doenças Crônicas Não Transmissíveis, um grande desafio da sociedade contemporânea. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 4-5, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2014.v19n1/4-4>. Acesso em: 30 out. 2024.

OLIVEIRA, Daniella Vieira de et al. Doenças crônicas não transmissíveis e suas implicações na vida de idosos dependentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 11, p. 4085-4095, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/n4nH53DFx39SRCC3FkHDyzy/#>. Acesso em: 30 out. 2024.

RESENDE, A. L. V. et al. Avaliação de qualidade de vida e custos na saúde suplementar baseada no plano de cuidado multidisciplinar de pacientes com doenças crônicas não transmissíveis. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 27, supl. 1, p. 23-29, 2017. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2036>. Acesso em: 24 abr. 2021. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20170005>.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (Brasil). Resolução n. 585, de 29 de agosto de 2013. Dispõe sobre as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 set. 2013. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

DE ALMEIDA, S. M. D.; DE ALMEIDA, A. C. G. Atuação do farmacêutico na avaliação e adesão do tratamento farmacológico de diabetes mellitus tipo II. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 38–50, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n1-005. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/55913>. Acesso em: 30 oct. 2024.

RIBEIRO, M. A.; SILVA, N. F.; AQUINO, S. K. V.; BAYMA, J. C. S.; VALERIO, F. R.; SANTOS, S. S. G.; SANTOS, R. P.; OLIVEIRA, E. M.; RAMOS, D. S.; VIANA, T. M.; SANTOS, A. L.; SOBREIRA, E. N. S. Educação em Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 6, p. 1812-1823, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n6p1812-1823>. Acesso em: 30 out. 2024.

ALVES, Amara Kizzi de Almeida. Avaliação da qualidade da Estratégia Saúde da Família na atenção ao usuário com diabetes mellitus durante a pandemia de Covid-19. Orientador: José Adailton da Silva. 2022. 149f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Família) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

Carvalho, Gilson. A saúde pública no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 78, p. 7-26, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000200002>. Acesso em: 30 out. 2024.

CARVALHO, D. M. S. Atuação clínica do farmacêutico na adesão ao tratamento de pacientes oncológicos em cuidados paliativos. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

LOPES, L. C. et al. *Adesão ao tratamento farmacológico em pacientes crônicos: desafios e estratégias para o cuidado integral*. Revista Brasileira de Farmácia, v. 100, n. 1, 2019.

MELLO, C. R.; ALMEIDA, J. C. *Cuidados farmacêuticos em doenças crônicas: revisões e avanços*. Journal of Health Sciences, v. 20, n. 2, 2020.

SOUZA, A. F. et al. *Infraestrutura e desafios no acompanhamento farmacoterapêutico no SUS: revisão de literatura*. Revista Brasileira de Saúde Coletiva, v. 29, n. 4, p. 456-464, 2019.

BALTAR, Kézia Carvalho; ABREU, Thiago Pereira de. Atenção farmacêutica ao paciente idoso diabético. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 10, p. 535–546, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2433>. Acesso em: 28 out. 2024.

TEZOTO, M. F.; MUNIZ, B. V. Atenção farmacêutica em pacientes obesos, com foco na orientação correta ao uso dos anorexígenos. **Revista científica eletrônica de ciências aplicadas da FAIT**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/d9UBdefxjLuUeK2_2021-3-9-15-37-46.pdf. Acesso em 22 out. 2024.

DA SILVA, Aciran Oliveira; DA CONCEIÇÃO, Gustavo Dias; DE OLIVEIRA MARQUEZ, Carolinne. A atenção farmacêutica a pacientes idosos e diabéticos em drogarias. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 13, p. e68121344277-e68121344277, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44277>. Acesso em 19 out. 2024.

CORCINI, Daniela Silva; GARCIA, Ruth Maria Alves. Atenção farmacêutica a pacientes portadores de doença pulmonar obstrutiva crônica e asma. **Revista de APS**, v. 23, n. 4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/25850>. Acesso em 22 out. 2024.

DA SILVA, Lígia Pereira; BRUNE, Maria Fernanda Spegiorin Salla. Acompanhamento farmacoterapêutico pelo método Dáder em pacientes diabéticos. **Revista Panorâmica online**, v. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/840/19192067>. Acesso em 25 out. 2024.

SILVA, Lília Gabriela Andrade; ARAGÃO, Cicera Cristina Vidal; SABINO, Wilson. Pressão arterial e atenção farmacêutica: o cuidado faz a diferença. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 14, n. 47, p. 12-18, 2016.

Disponível

em:

http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/3421.

Acesso em 28 out. 2024.

DE OLIVEIRA, Alvaedson Santos et al. Atenção Farmacêutica no tratamento de pacientes com hipertensão arterial sistêmica. **Revista Artigos. Com**, v. 32, p. e9224-e9224, 2021. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/9224>. Acesso em 27

out. 2024.